

A História Comparada dos Conceitos e as linguagens políticas Sul-americanas no Pós II Guerra Mundial: uma breve discussão teórica

MARIO ÂNGELO BRANDÃO DE OLIVEIRA MIRANDA*

Este trabalho se propõe a avançar em algumas reflexões teóricas sobre a possibilidade de adoção da perspectiva da história comparada dos conceitos políticos para a análise das linguagens políticas sul-americanas do pós II Guerra Mundial. Desta forma, busca recuperar os fundamentos teóricos desta abordagem, baseados no diálogo entre as contribuições metodológicas propostas perspectiva da história conceitual alemã e por historiadores vinculados a chamada abordagem collingwoodiana. O campo da História comparada dos conceitos, ainda é incipiente e enfrenta inúmeros desafios. Entretanto, mesmo reconhecendo as dificuldades metodológicas a serem enfrentadas, procura-se aqui apontar para algumas chaves de interpretação que esta abordagem pode propiciar ao estudo das linguagens políticas sul-americanas para além das limitações das barreiras nacionais.

Para iniciar esta reflexão se faz necessário, em primeiro lugar, apontar algumas das propostas metodológicas da História dos conceitos. Esta abordagem que se desenvolve há alguns anos na Alemanha, tem como objetivo dar conta das dificuldades apresentadas pela História das Ideias, tal como era praticada em meados do século XX, para compreender os acontecimentos políticos do passado em sua plena historicidade. Sua crítica se fundamenta na necessidade de inscrição das ideias em seus contextos particulares e no anacronismo praticado por determinados historiadores do pensamento, que insistiam em analisar as experiências políticas a partir de cenários e reflexões que não estavam postas aos atores políticos da época.

Os estudos de Reinhart Koselleck, principal expoente desta perspectiva, procuram dar conta das transformações da linguagem ocorridas na modernidade europeia entre as décadas de 1750 e 1850¹. Através da análise das mudanças radicais que se sucederam no período, o autor identifica na modernidade uma temporalização que segue novos critérios. O

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, bolsista CAPES.

¹ Seu empreendimento intelectual de maior fôlego foi a elaboração de um dicionário dos conceitos político-sociais fundamentais da língua alemã. O *Geschichtliche Grundbegriffe*, levou cerca de trinta anos para ser produzido e foi publicado durante os anos de 1972 e 1997. Seus nove volumes foram elaborados em conjunto com Otto Bruner e Werner Conze que faleceram durante o projeto, cabendo a Koselleck a sua finalização. (JASMIN e FERES JUNIOR, 2006:22).

2

presente é percebido enquanto possuidor de um tempo próprio carregado de sentido, e as possibilidades e expectativas de futuro se distanciam da experiência vivida.

Neste momento, ergue-se uma nova consciência de época que entende a novidade do tempo vivido. Um tempo de mudanças aceleradas e rupturas em que a linguagem política se democratiza e se politiza ao passo em que se produz uma inclinação ideológica (SEBASTIAN e FUENTES, 2006:142). A qualidade temporal da modernidade permite aos atores políticos de então, a utilização do tempo como ferramenta de ação política. Da mesma forma, diante da compreensão do presente, abre-se a possibilidade de se ler o passado em respeito aos limites sociais, religiosos e políticos contemporâneos, inaugurando uma perspectiva histórica subjetiva sobre os mesmos acontecimentos. O distanciamento temporal permite à crítica histórica a possibilidade de identificar os eventos passados de uma maneira diferente àquela que os contemporâneos identificaram.

Esses acontecimentos só podem ser interpretados através da análise de seu horizonte conceitual contemporâneo e dos usos lingüísticos compartilhados pelos atores que vivenciaram esta experiência (JASMIN e FERES JUNIOR, 2006:23). Os conflitos políticos, as mutações de comportamento e expectativas sobre o devir, são apreendidos na linguagem, e através da linguagem, a partir da participação dos atores políticos neles envolvidos. Na base da estrutura destas linguagens políticas é possível identificar determinados conceitos que atuam como fundadores das mesmas. “Sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política” (KOSELLECK, 2006:98). Estes, por outro lado, se fundamentam em sistemas políticos sociais mais complexos que, por vezes incorporam elementos que não estavam postos a comunidade linguística organizada à época.

Neste sentido, as transformações ocorridas na realidade vividas e expressas na linguagem política terminam por afetar os conceitos que passam por um processo de resignificação sendo entendidos a partir de sua temporalização interna. Koselleck fundamenta a sua argumentação na análise deste processo de transformação no uso dos conceitos políticos. Cabe ressaltar que os conceitos não se inscrevem apenas na linguagem, mas se articulam a elementos que se encontram fora dela. Assim, existem sempre elementos que precedem a linguagem, que condicionam a manifestação da linguagem e que estão ligados as condições naturais ou sociais daqueles que a manifestam (KOSELLECK, 1997: 106). O autor resalta que a relação entre as alterações políticas com o processo de

3

ressignificação ou criação de elementos novos a linguagem pode ocorrer de maneiras distintas e que há sempre um hiato, entre os fatos sociais e a seu uso na linguagem (2006: 111).

O conceito se distingue por sua polissemia, ou seja, sua capacidade semântica se estende “para além daquela peculiar às “meras” palavras utilizadas comumente no campo político e social” (KOSELLECK, 2006: 98). Um conceito não pode ser entendido como uma “re-representação” da linguagem, mas sim como elemento constitutivo da mesma. Sua aplicação comumente generaliza uma concepção específica e indica algo que, como vimos, está além da língua. Ele se relaciona diretamente com aquilo que se pretende compreender e torna inteligível o seu conteúdo. Neste sentido, um conceito não pode ser analisado isoladamente, seu entendimento deve articular o conjunto de significados que continha a época de seu uso, com a forma de seu emprego na situação em que foi produzido.

Para se compreender os conceitos é necessário a articulação entre o texto e o contexto em que foi produzido, entre as palavras e a coisas, entre a linguagem e o mundo, ou nas palavras de Koselleck entre “dogmata” e “pragmata”. A análise desta relação revela que os conceitos políticos não são somente indicam as práticas sociais e políticas que eles cobrem, mas também são fatores dentro das mesmas (2006: 109). Desta forma, o conjunto de significados e usos atribuídos a eles, contribui tanto para criação e ampliação da gama de novas possibilidades de experiência política, como também para limitar e impedir transformações no campo das praticas sociais.

A compreensão dos conceitos, também depende da análise de seus contraconceitos, com significados opostos. O estudo dos antônimos de cada termo permite com que se identifiquem antagonismos políticos, associações possíveis de grupos distintos da sociedade e as possibilidades de interseção entre duas correntes (KOSELLECK, 2006: 113). Determinados conceitos possuem características antitéticas que delimitam zonas de atuação e definem características, que impossibilitam até mesmo o reconhecimento mútuo entre os atores em questão². Além de se vincular a um contraconceito, os conceitos políticos sempre carregam consigo uma família de conceitos associados que gera a necessidade de ampliação dos campos semânticos. Por vezes, apenas o conceito em si não é suficiente para descrever o processo de transformações políticas a que se relaciona. Neste sentido, as palavras não devem

² Uma reflexão sobre as formas como determinados pares de conceitos com estas características articularam e definiram cenários políticos ao longo de diversas situações específicas da história pode ser encontrada em Reinhart Koselleck (2006: 191-231).

4

ser estudadas em si mesmas, mas fazendo relações com outras palavras que concordam ou se opõem a elas formando pares de palavras (FEBVRE, 1998: 56).

No campo político, o processo de ressignificação dos conceitos possibilita a criação de neologismos, que por vezes assumem uma função dinâmica, de agrupamento de interesses. Estes têm por objetivo transformar a realidade política vivida e definir novos cenários futuros. Desta forma, a função destes conceitos se desloca da apreensão pela linguagem das realidades vividas para a proposição, através da linguagem, de situações e realidades a serem conquistadas. Segundo Koselleck, “A relação entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer outra arma” (2006: 77).

A polissemia dos conceitos, aqui ressaltada, se dá em virtude de seu histórico de recepção e das ocasiões em que foram utilizados. Nas palavras de Nietzsche “Todos os conceitos nos quais se concentra o desenrolar de um processo de estabelecimento de sentido escapam às definições. Só é passível de definição, aquilo que não tem história” (APUD, KOSELLECK, 2006: 109). Os conceitos, portanto, são históricos, ou seja, são ditos ou escritos apenas uma única vez, e sua formulação está intimamente ligada a uma situação concreta específica. Contudo, eles carregam consigo um histórico de significados capaz de justificar sua seleção e seu uso por parte dos atores políticos. Neste sentido, o uso dos conceitos é singular, mas seus efeitos sobre o contexto vivido não.

O impacto de um conceito só pode ser avaliado através da análise de suas transformações ou permanências sob uma perspectiva diacrônica (KOSELLECK 2006: 105). Com o passar do tempo, a palavra pode permanecer inalterada, entretanto seu conteúdo pode assumir novos sentidos. Ou seja, ainda que o significante se mantém o mesmo, a gama de significados atribuídos a ele pode se modificar completamente. A recepção destes conceitos possui uma história empiricamente reconstituível. É justamente a alteração dos significados e não propriamente da palavra em si que interessa à História dos Conceitos. A partir da ideia de que a repetição das estruturas linguísticas é necessária para o entendimento e compreensão dos conteúdos, ainda que em um momento específico e único, podemos entender que mesmo sendo o uso da linguagem sempre sincrônico, ele também contém a diacronia. Através da incorporação de inúmeros significados, determinados conceitos assumem características de tal forma gerais e globais, que acabam por criar situações em que se torna difícil a elaboração de opostos viáveis, constituindo-se em arquilexemas (2006: 107).

5

A força do histórico de significados de um conceito se manifesta nitidamente no processo de seleção e adoção de mesmo a favor de projetos e modelos políticos específicos. Por outro lado, o histórico de significados de um conceito também pode criar, em virtude de suas aplicações prévias, obstáculos para aqueles que pretendem utilizá-lo. Koselleck ressalta que um autor, ao mobilizar determinado conceito, precisa confrontar os significados passados do mesmo, com suas intenções políticas.

É por esta razão que, em 1848, Marx e Engels não utilizaram o título “A Confissão de Fé da Liga (ou aliança) Comunista”, bem como tinham sido encarregados de fazer. Para evitar empregar estes termos luteranos (Glaubensbekenntnis, Bund) no seu título, eles escolheram um fraseado inovador: “O Manifesto do Partido Comunista”, ou “Manifesto Comunista” (KOSELLECK, 2006 B: 102).

Diante deste quadro de possibilidades, a mobilização de um determinado conceito representa a proposição de um projeto de ação, de um cenário futuro, ou, nas palavras de Koselleck, de um horizonte de expectativas. Esta categoria, juntamente com a noção de espaço de experiência é mobilizada pelo autor na tentativa de dar conta das transformações dos conceitos no tempo histórico³. O historiador alemão entende que a história se constitui pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que as vivem. A partir do momento em que o espaço de experiência de uma determinada comunidade se transforma, altera-se também a gama de suas possibilidades futuras de mudanças. Assim, a atenção a estas categorias garante uma maior precisão e evita anacronismos, tendo em vista que possibilita que o historiador esteja atento para não imputar a um determinado autor/ator, em uma época específica, um horizonte de expectativas com as quais a sua experiência vivida não é capaz de lidar.

Esta preocupação em localizar o autor em seu contexto específico, aproxima as proposições da história conceitual da perspectiva historiográfica proposta pelo enfoque collingwoodiano⁴. Em uma das primeiras formulações teóricas vinculadas a esta abordagem,

³ Nota-se que, neste caso, Koselleck utiliza a idéia de categoria com o objetivo de distanciá-las do processo histórico. Em seu rigor científico, o autor as define como meta-históricas, o que pressupõe a sua aplicabilidade em qualquer época da história. (KOSELLECK, 2006:305 -327).

⁴ Essa vertente, que em um primeiro momento ficou conhecida como escola de Cambridge, foi rebatizada por Quentin Skinner, um de seus principais expoentes teóricos, em homenagem ao filósofo R.G. Collingwood. (JASMIN e FERES JUNIOR, 2006:11). Segundo Skinner, o filósofo inglês seria um dos pioneiros entre um conjunto de estudiosos que posteriormente se proporia a incorporar uma abordagem teórica que assumia o

6
publicada em 1969⁵, Quentin Skinner criticou as chamadas “mitologias” presentes nas “proposições clássicas” da história do pensamento político. Para este autor, não se pode compreender o pensamento de um autor/ator mobilizando apenas um conjunto de ideias imanentes que dariam unidade a um determinado período da história⁶. As contribuições deste ator deveriam ser analisadas a partir de sua inscrição em seu contexto de produção. A suposição de que existe um conjunto de ideias fundamentais a um determinado tempo abre espaço para o “absurdo” histórico de se imputar a um autor, influências e contribuições com as quais ele não tivera contato. Da mesma forma, a articulação deste conjunto de ideias com “tempos” distintos, também gera interpretações que atribuem às propostas de um determinado autor um caráter “antecipatório”. Ou seja, o autor/ator passa a ser compreendido como fundador ou continuador de uma determinada doutrina a qual seu pensamento não se articula (SKINNER, 2002: 62-63). Neste sentido, para se compreender “corretamente” uma ideia deve-se inserir seu autor no debate de seu tempo, incorporando o contexto vivido e suas particularidades. Segundo Skinner, um autor/ator profere um discurso, ou um “ato de fala”, em virtude de uma série de motivações ligadas a intenções específicas e únicas que se relacionam com aquele momento em particular. Assim, o Skinner relativiza as interpretações que procuram compreender as contribuições de um ator/autor a partir de uma suposta coerência no conjunto de sua obra, desconsiderando as situações específicas de momento.

Ainda de acordo com as formulações de Skinner, para se compreender o que um autor disse com relação a uma determinada doutrina em particular, não basta apenas recuperar os significados específicos presentes em seus textos. Isto porque, não só os significados dos termos que usamos para expressar nossos conceitos podem mudar ao longo do tempo, como também se deve considerar que os autores, enquanto atores políticos, por vezes adotam “estratégias retóricas obliquas” para expressar seu pensamento (2002:79-80). Para evitar constrangimentos ou mesmo proteger-se de situações perigosas, estes autores faziam uso

compromisso de recuperar, de forma precisa, as questões levantadas por determinados textos filosóficos e suas possíveis respostas em seus contextos determinados (2001: 176-177).

⁵ Neste trabalho, utilizo a versão revisada pelo autor, publicada em 2002, no primeiro volume de uma coletânea de artigos intitulada “Visions of Politics”.

⁶ Neste momento, o autor se refere a certa maneira de pensar a História das Ideias que desconsidera as particularidades dos atores políticos individuais e as nuances de seus pensamentos, analisando os movimentos da história através da influência do produto do espírito dos homens. A História das Ideias, assim não poderia lidar de forma direta e objetiva com os objetos da produção. O produto do espírito deve ser apreendido de acordo com o contexto de sua produção, já que uma ideia só vive no meio em que ela habita.

7

frequente de ironias para diferenciar aquilo que diziam do que pretendiam dizer. Sendo assim, em um determinado período, os mesmos termos podem ser utilizados em uma variedade de intenções díspares e incompatíveis. Isto obriga também um estudo dos variados contextos em que as palavras são empregadas (2002: 84).

O estudo das ideias em contexto apresenta uma série de pontos de contato com a perspectiva da história conceitual. Skinner, que em um primeiro momento se mostrou resistente a metodologia da História conceitual pelo fato de considerar impossível a articulação entre conceitos produzidos em situações historicamente originais, reconhece em textos recentes a possibilidade de interação entre suas propostas, chegando inclusive a definir sua atividade acadêmica como uma forma de história conceitual (JASMIN e FERES JUNIOR, 2006: 33), (SKINNER, 2001: 175). Por outro lado, também podem ser definidos alguns distanciamentos. John Pocock outro expoente da abordagem collingwoodiana, entende que como os conceitos são únicos, uma análise de suas transformações no tempo, ou seja, de sua vida diacrônica, é inviável. Para ele, os discursos, e neles podemos incluir os conceitos, “são estruturas complexas cujos componentes existem simultaneamente no tempo, estudá-los é apostar no sincrônico” (POCOCK, 2006:85)⁷. Desta forma, os conceitos, assim como os contextos nos quais eles são produzidos, não poderiam ser replicáveis.

Pocock se incorpora a perspectiva collingwoodiana, no momento em que procura resgatar a linguagem do autor, mostrando que os termos e conceitos empregados por autores inseridos em um mesmo contexto histórico podem ter significações diferentes. Para ele, o autor/ator encontra-se inserido no jogo político de seu tempo, tendo sua ação mediada por uma cadeia de outros atores que respondem ou não a seus atos incorporando suas proposições linguísticas e tentando transformá-las de acordo com suas intenções. Neste sentido, os significados de uma ideia estão intimamente associados ao que se faz com ela em uma determinada especificidade. Embora mantenha o foco na linguagem, seus estudos se deslocam dos atos de fala determinados para os discursos e para as diversas “linguagens” presentes em um texto. Segundo Pocock “o historiador deve mover-se da *langue* para a *parole*, do aprender a linguagem para determinar os atos de enunciação que foram efetuados “dentro” dela”

⁷ Com relação à “aposta no sincrônico”, Koselleck entende que este é de difícil definição, tendo em vista que as dimensões temporais encontram-se permanentemente entrecruzadas. O presente contém tanto experiências do passado quanto projeções do futuro incorporando assim, simultaneamente, sincronia e diacronia. (KOSELLECK, 1997: 111).

8

(POCOCK, 2003:66). Enquanto meio caminho, em que determinadas linguagens específicas se manifestam no interior do universo da língua, os discursos incorporam diversos ou *idiomas*⁸, nos quais se encontram expostas as ideias e pressupostos de variados grupos representativos da sociedade. Pocock entende que os diversos atores presentes no debate político procuram ressaltar suas intenções particulares, mas compartilham vocábulos, imagens retóricas e pressupostos ideológicos, respondendo uns aos outros⁹. Desta forma, se torna possível reconstituir a “comunidade argumentativa” de um determinado período.

Independente das divergências, que aparentemente indicam mais a delimitação de campos de pesquisas específicas do que propriamente distinções teóricas, de fato, as possibilidades de utilização deste encontro intelectual são muitas. Os pesquisadores do projeto *História Comparada de los Conceptos Políticos e Sociales Iberoamericanos* (2009: 25), apostam justamente na incorporação destas duas metodologias para promover um estudo comparado da transformação dos conceitos políticos de base nos países de língua espanhola e portuguesa em ambos os lados do atlântico entre 1750 e 1850¹⁰. Os autores do dicionário apostam na elaboração de uma história que considere as formas de apreensão na linguagem das propostas e projetos dos atores individuais e coletivos do período, para assim alcançar uma maior compreensão de suas motivações e do sentido de sua ação política. A partir da definição de alguns conceitos básicos da linguagem política da época, seu trabalho consiste na construção de um mapa semântico que se associe e reconheça algumas das experiências históricas vividas pelos ibero-americanos. Alguns destes conceitos, ao assumir um caráter identitário fundamentariam a emergência de novos atores que tiveram papel preponderante na política moderna, nos mais variados espaços ibero-americanos. Neste sentido, o processo de

⁸ A noção de *idiomas* políticos remete a ideia de discurso e relaciona-se as maneiras de pensar e falar a política, pelos mais variados grupos em meio ao debate. (POCOCK, 2003: 63-83).

⁹ Este autor pensa a linguagem sob um ponto de vista performático, no qual a mesma se apresenta como um instrumento da consciência. Assim, um autor/ator, a partir de alguma necessidade, executa um “lance”, para propor novos usos a esta linguagem ou para incorporar novos hábitos da sociedade a seu discurso. Da mesma forma, o entendimento deste “lance” só é possível com a análise das respostas ou “contra-lances” realizados por outros atores ao seu discurso. A partir desta premissa, a descoberta de entendimentos diversos, ou mesmo a ausência de respostas a um determinado discurso têm um papel fundamental no processo de busca dos significados de uma linguagem (POCOCK, 2003:55).

¹⁰ Para os elaboradores do dicionário, o período que vai das reformas borbônicas e pombalinas até o fim da primeira onda de revoluções liberais e a cristalização dos novos estados independentes, pode ser entendido como um momento de profunda renovação e transformação do léxico político a partir da criação de uma série de neologismos que, diante da nova realidade política e ideológica, supostamente deveriam dar conta da incapacidade da língua de cumprir sua função de meio de comunicação satisfatório entre seus falantes. (2009: 26)

9

ressignificação conceitual ocorrido no período foi acompanhado de uma série de transformações no campo das identidades e na formação de novos atores coletivos.

Ao tentar perceber a apreensão na linguagem, do novo horizonte de expectativas políticas que se estabeleceu no momento em que se processaram uma série de transformações na experiência vivida pelos ibero-americanos, os autores se filiaram ao trabalho desenvolvido por Koselleck com relação aos conceitos da língua alemã. Contudo, os pesquisadores do dicionário se vêem diante de pelo menos dois desafios. O primeiro deles é procurar ir além dos limites dos estados nacionais para elaborar uma história atlântica dos conceitos políticos. Segundo Javier Sebastian (2009), entre os anos de 1750 a 1850 ocorreu um processo de internacionalização do léxico político que possibilitou a constituição de um universo semântico e simbólico comum ligado as instituições e práticas políticas. Este teria se concretizado com a difusão em ambos os hemisférios de um conjunto de vocábulos políticos que no geral podem ser entendidos como “euroamericanismos” ou “ocidentalismos”. O aparecimento e a repercussão dos “ismos” e seus devidos contraconceitos, se deu de forma tão intensa que estes começaram a se definir como partidos políticos e facções a ponto de se constituírem em incipientes unidades de ação coletiva. Desta forma, os grandes eixos de articulação dos conceitos políticos comuns ao mundo ocidental acabaram por estimular uma progressiva standardização do vocabulário político. Contudo, o autor ressalva que não pretende “desdenhar os traços comuns ao conjunto dos países ibéricos e ibero-americanos, nem tampouco os elementos diferenciais presentes especificamente em um país ou área geopolítica” (SEBASTIAN, 2009: 31).

Por outro lado, este processo de standardização conviveu com um movimento inverso, de “nacionalização” de uma parte do vocabulário e do significado dos conceitos, que seguia uma tendência oposta ao caminho da internacionalização. Este fato aponta para um segundo desafio, que consiste em promover o estudo dos conceitos sob uma perspectiva comparada. Segundo o autor, a metodologia comparada contribui tanto para identificação de um substrato de uma cultura política comum quanto para identificação de usos e significações distintas para os conceitos selecionados em determinados contextos específicos. Esta opera em uma dialética complexa entre cultura comum e tradições locais e regionais, unidade e diversidade. Parafraseando Bakhtin, o autor afirma que o estabelecimento de diálogo entre

10

duas culturas não conduz a uma fusão entre ambas, mas sim na possibilidade de se manter aberta a sua unidade e sua totalidade (2009: 44).

Em última instância, os objetivos do grupo de pesquisadores articulados a este projeto, são o entendimento dos significados atribuídos a determinados conceitos por parte dos atores envolvidos no debate político e as formas pelas quais estes mesmos atores se utilizam destes conceitos para incidir em suas realidades políticas moldando-as de acordo com seus propósitos. Ou seja, busca-se analisar as distintas características que um vocabulário político comum pode apresentar, em função das circunstâncias históricas, políticas e sociais de cada área ou país e das distintas maneiras de se pensar as práticas e as instituições da vida política (SEBASTIAN, 2009: 43).

A noção de história conceitual comparada vem sendo trabalhada ainda em caráter experimental muito em virtude da escassa literatura e dos riscos de reforço, de uma história nacional, a qual se pretende superar, por conta de uma adoção inapropriada da metodologia comparada. João Paulo Pimenta (2008: 58), alerta que, no caso específico do mundo ibero-americano entre 1750 e 1850, a comparação pode isolar unidades históricas de análises, retirando-as do contexto geral que lhes confere significado. Apesar dos desafios a serem enfrentados, acredito que a proposta de reflexão sobre o processo de ressignificação dos conceitos para além das barreiras nacionais, presente nesta perspectiva de análise, possibilita chaves de interpretação interessantes e que podem ser utilizadas para a investigação de situações históricas diversas. Com relação ao ambiente político Sul-americano do Pós II Guerra Mundial, entendo que estabelecimento de relações entre um vocabulário político comum, imposto pelas novas demandas internas de participação política e pelo clima de tensão internacional da Guerra Fria com as respostas específicas dos distintos contextos políticos destes países, pode se constituir em um importante elemento para o entendimento das linguagens políticas a época.

Com o fim da II Guerra Mundial delineou-se um quadro em que as duas novas superpotências emergentes do conflito intensificavam suas pressões para ampliar e solidificar suas áreas de influência política. A estratégia argumentativa adotada pelos Estados Unidos, enquanto liderança do bloco ocidental capitalista, tinha como foco principal a difusão de um conceito de democracia que estava associado ao capitalismo e que se opunha radicalmente ao comunismo, visto como expressão de autoritarismo e totalitarismo. Diante de um mundo

11

bipolar, dominado pelo clima da guerra fria, não é possível pensar as experiências políticas vividas sem se levar em consideração um vocabulário político comum, vinculado às questões prementes daquele novo cenário, no qual os atores políticos de então, nos mais variados países do mundo, tinham que se posicionar e responder as demandas e ao discurso político dos dois grandes pólos.

Na América do Sul, “um continente que, em geral, se movimenta historicamente de forma sincrônica, apesar de sua enorme heterogeneidade interna” (MADER, 2007:14), o embate entre “democracia” e “comunismo”, já presente desde os anos 20, passou, naquele momento, a ser percebido sob uma perspectiva global de um sistema de forças em oposição. O medo da expansão da revolução social proposta pelos comunistas, se por um lado obrigou as elites locais a empunhar com toda a força a bandeira da democracia, por outro contribuiu para a imposição de limites e a atribuição de significados particulares a esse conceito.

Em diversos países do continente, este debate se constituiu em elemento a mais em um processo de transformação e ressignificação das linguagens políticas que se dava a partir da efetiva entrada do povo como novo ator no debate e nos processos de definição dos destinos políticos das nações sul-americanas, evidenciado, por exemplo, nas primeiras experiências democráticas de massa de Brasil e Chile. No caso brasileiro, com as eleições de 1945 e a promulgação de uma nova Constituição em 1946 renovou-se a possibilidade de livre associação e expressão do pensamento suprimida ou abafada durante o Estado Novo. Este cenário trouxe consigo a perspectiva da mudança e de transformação do Brasil em um país efetivamente democrático, independente e desenvolvido, constituindo um futuro desejado que não guardava qualquer semelhança com algo antes vivido no país (FURTADO, 1985: 39). O aumento significativo do contingente eleitoral com relação às eleições do início do século,¹ se por um lado deu mais força as demandas trabalhistas presentes no cenário nacional, por outro reforçou um debate, especialmente em vozes conservadores, que buscava interpretar a inclusão e a participação política deste contingente. Já no Chile, o processo de incorporação das camadas populares no jogo político democrático se iniciara alguns anos antes. Embora já elegeisse de forma ininterrupta seus presidentes desde 1932, somente com a vitória eleitoral de Pedro Aguirre Cerda e da Frente Popular nas eleições presidenciais de 1938, se inaugurou uma “nova era política” (DRAKE, 1991: 290) no país com a legitimidade do governo baseada no apoio das massas urbanas (RAMON, 2003: 117-119). A partir daquele momento, a

12

vivência democrática passou a se constituir efetivamente em uma experiência de massas, sendo impulsionado a partir de então, um processo de generalização do sufrágio (MOULIAN e TORRES, 2011; 10). Nos anos seguintes, este cenário obrigou diversas forças políticas, em especial aquelas mais à direita do espectro político, a reavaliar suas estratégias de atuação política e a reformular seus discursos.

Os limites impostos pelo ambiente da Guerra Fria, tomando-se como exemplo os mesmos países, evidenciavam-se nas pressões anticomunistas materializadas em medidas antidemocráticas que excluía os comunistas do jogo político. No Brasil, o Partido Comunista teve seu registro cassado em 1947 e seus parlamentares perderiam os mandatos logo em seguida. Além das medidas que excluía a participação política de grupos de posição ideológica distinta ao governo estabelecido, o regime democrático brasileiro ainda tinha que conviver com resquícios autoritários que excluía do processo eleitoral a enorme gama de analfabetos considerados incapazes para o exercício do voto¹¹.

No Chile, também em 1947, o governo de Gabriel Gonzalez Videla retirou o Partido Comunista do gabinete de governo, posição que ocupava desde 1946, e, em abril de 1948, através da promulgação da *Lei de Defesa Permanente da Democracia*, excluiu os comunistas da arena político-partidária, na qual atuavam livremente desde os primeiros anos da presidência de Arturo Alessandri (1932-1938). A medida foi acompanhada da promulgação de diversas outras leis restritivas à atividade sindical que levaram a uma série de disputas no interior da esquerda chilena (AGGIO, 1993: 70). Desta forma, em ambos os países, valores caros à experiência democrática como a livre manifestação do pensamento e a liberdade de associação foram assim tolhidos nesta “democracia em tempos de Guerra Fria” (REZNIK, 2004: 19).

Em verdade, o progressivo aumento da participação popular na política, se dá em meio ao ambiente político-ideológico da Guerra Fria, constituindo um novo espaço de experiência vivida. Esta nova realidade da cena política refletiu, no plano lingüístico, em um processo transformação das linguagens políticas e de ressignificação e criação de conceitos com o intuito de se mobilizar, ou de se impedir a mobilização das sociedades em torno de novos

¹¹ De acordo com os censos realizados em 1940, 1950 e 1960, o número de analfabetos com idade superior a 15 anos no Brasil correspondia a 55.9%, 50.5% e 39.6% respectivamente (FERRARO, 2002). Vale ressaltar que a metodologia de pesquisa adotada nos censos apresenta algumas mudanças que poderiam representar diferenças significativas nos percentuais de analfabetos. No censo de 1940, não era considerado analfabeto aquele que sabia escrever seu nome, já a partir de 1950, o analfabeto seria aquele que não sabia escrever um bilhete simples.

13

projetos políticos. Por cotejarem experiências vividas, os conceitos apresentam uma característica legitimadora dos rumos e projetos a serem seguidos e conferem qualidades inesperadas as expectativas de futuro. Desta forma, eles se apresentam como gênese de um futuro que depende da ação política frente à situação existente e ao diagnóstico crítico do passado histórico.

Embora entenda que o ambiente da Guerra Fria conduziu à utilização comum de diversos vocábulos e conceitos na cena política sul-americana, acredito que uma interpretação generalizante destes conceitos pode desconsiderar os diferentes cenários particulares e as variadas formas de resposta oferecidas pelas sociedades em seus distintos contextos políticos nacionais. Neste sentido, a adoção de uma perspectiva de análise comparada entre cenários nacionais específicos se destina não só a tentar expor as similaridades como a apresentar as diferenças de interpretação, significação e uso dos conceitos. Da mesma forma, a tentativa de se verificar a presença de aspectos globais ou regionais no ambiente e nas linguagens políticas dos países sul-americanos não tem a intenção de desqualificar soluções e caminhos originais, mas sim ampliar olhares, buscar pontes que possibilitem, ou não, a criação de vínculos entre as respectivas histórias nacionais e a sua inserção em contextos regionais e globais. Purcell e Riquelme, em suas reflexões acerca da “tirania do nacional” estabelecida por ao longo dos anos por diversos analistas sul-americanos, entendem que, “em vez de construir muralhas, os historiadores deveriam abrir portas e janelas que nos permitam observar para além do nacional e questionar, com vista a seu enriquecimento, o que, desde a consolidação da história como disciplina acadêmica ao largo do século XIX, se constituiu em uma categoria de análise quase natural: “A Nação”” (PURCELL e RIQUELME, 2009:10).

A análise da transformação das linguagens políticas sul-americanas no Pós II Guerra Mundial não deve buscar generalizações, entretanto a reflexão recai sobre convergências e particularidades de processos que se fundam em uma questão comum. As propostas de estudos comparados ainda hoje são alvo de críticas. Determinados autores insistem na inadequação da comparação para compreensão dos processos históricos alegando que esta metodologia produz análises abstratas e generalizantes, já que não privilegiaria e, por vezes, excluiria a singularidade dos fatos. Da mesma forma, o olhar comparativo também corre o risco de produzir a hierarquização de culturas e sociedades assumindo a perspectiva de que existem modelos e formas de organização da sociedade superiores ou inferiores uns aos

14

outros. Segundo Maria Ligia Prado (2005: 14-15), alguns autores entendem que o modelo comparativo pode produzir enganos. Edward Said, por exemplo, argumenta que o método contribuiu para a construção de um “oriente inventado pelo ocidente” no qual os pesquisadores, a partir de uma perspectiva “eurocêntrica”, apresentavam a cultura européia “civilizada” em um estágio superior às culturas e sociedades orientais. Por outro lado, Neyde Theml e Regina Bustamante (2007: 15) afirmam que especialmente após a II Guerra Mundial as análises comparativas se afastaram em muito desta perspectiva. Para fugir deste risco, a comparação exige a análise das sociedades em múltiplas perspectivas, criando-se novos espaços de inteligibilidade, dado que os fenômenos da comparação nem sempre assumem os mesmos significados nas sociedades. “O processo do método comparativo é justamente o que permite estabelecer o estranhamento, a diversificação, a pluralização e a singularidade daquilo que parecia empiricamente diferente ou semelhante”.

Assim, através do contraste entre dois cenários um olhar comparativo pode contribuir para a visualização de aspectos específicos e para identificação de semelhanças. Entretanto, o objetivo não é opor um processo ou realidade nacional a outro. Partindo do pressuposto que o ambiente da Guerra Fria impôs um vocabulário e uma pauta de questões comuns aos países latino-americanos pretende-se ampliar o olhar para além da nação na busca de interseções entre aspectos nacionais, regionais ou mesmo globais. De acordo com as reflexões de Purcell e Riquelme (2009: 11), a tentativa de se pensar aspectos globais a partir da “periferia” permite novas aproximações históricas que complementem ou transcendam o nacional valorizando a influência e participação da América Latina em processos históricos de impacto global. Para esses autores, esta visão ainda carece de maior difusão entre os historiadores latino-americanos, uma vez que uma forma de interpretação de nossa história que compreende a “existência de uma região que evidencia processos históricos comuns em vez de uma região composta por um mosaico de realidades independentes têm maior apelo entre historiadores europeus e norte-americanos do que entre os latino-americanos”.

Ao tentar relacionar o processo de ressignificação ocorrido em determinados conceitos políticos e suas distintas respostas dadas nos mais variados contextos nacionais com o possível estabelecimento de um vocabulário comum ao cenário político sul-americano do Pós II Guerra Mundial a perspectiva de análise conceitual comparada possibilitaria um maior entendimento de possíveis respostas regionais, para além das fronteiras nacionais. Da mesma

15

forma, o manancial teórico proposto pela história conceitual permite evitar interpretações anacrônicas, nas quais um conceito político específico é utilizado como instrumento de análise de uma situação nova, sem a devida incorporação de novos significados. Sem querer apontar qualquer solução definitiva para análise e interpretação do debate político que se coloca no cenário Sul-Americano no Pós II Guerra Mundial, este trabalho se propôs apenas a apresentar algumas chaves de interpretação teórica. Apesar das evidentes das dificuldades de mapeamento das inúmeras significações atribuídas aos conceitos políticos para além das limitações linguísticas e das limitações teóricas já apontadas aqui, a proposta metodológica da história conceitual comparada parece se mostrar um importante instrumento para reconstituição das linguagens políticas sul-americanas em sua plena historicidade.

Referências Bibliográficas

- AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993
- DRAKE, Paul. Chile 1930 – 1958. In: BETHELL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America: Latin America since 1930 – Spanish South America**. London: Cambridge University Press, 1991, V. VIII.
- FEBVRE, Lucien. **Honra e Pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos. In: **Revista Educação & Sociedade**. Campinas: Cedes/Unicamp, v. 23, n.81, dez 2002.
- FURTADO, Celso. **A Fantasia Organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985
- JASMIN, Marcelo Gantus e FERES JUNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: **Uma História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: PUC-RIO: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006.
- _____, Uma resposta aos comentários sobre o Geschichtliche Grundberiffe. In: JASMIM, Marcelo Gantus e FERES JUNIOR, João Feres Junior. **Uma História dos**

16

Conceitos: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: PUC-RIO: Edições Loyola: IUPERJ, 2006 B.

_____, Histoire sociale et histoire des concepts. In: **L'Expérience de l'histoire.** Col. Hautes Études. Paris. Gallimard/Seuil, 1997

- MADER, Maria Elisa N. de Sá. Novo Populismo? In: **Revista Nuevamerica.** V. 1, 2007.

- MOULIAN, Thomas e TORRES, Isabel **Discusiones entre honorables: las candidaturas presidenciales de la derecha entre 1938 y 1946,** Santiago: Akhileus, 2011.

- PIMENTA, João Paulo Garrido. História dos conceitos e história comparada: elementos para um debate. In: **Almanack Braziliense,** n.7, maio de 2008.

- POCOCK, John G. A. Conceitos e Discursos: uma diferença cultural? Comentário sobre o paper de Melvin Richter. In: JASMIN, Marcelo Gantus e FERES JUNIOR, João. **Uma História dos Conceitos: debates e perspectivas.** Rio de Janeiro: PUC-RIO: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

_____, **Linguagens do ideário político.** São Paulo: EDUSP, 2003.

- PRADO, Maria Ligia. Repensando a História Comparada da América Latina. In: **Revista de Historia.** São Paulo: FFLCH/USP, dezembro de 2005, número 153.

- PURCELL, Fernando e RIQUELME, Alfredo. **Ampliando Miradas: Chile e sua historia em um tiempo global.** Santiago de Chile: Ril Editores – Instituto de História PUC, 2009.

- RAMON, Armando de Ramon. **Historia de Chile: desde la invasión incaica hasta nuestros días (1500-2000).** Santiago: Catalonia, 2003.

- REZNIK, Luis. **Democracia e segurança nacional, a polícia política no Pós-Guerra.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

- SEBASTIAN, Javier Fernandez. Hacia una historia atlántica de los conceptos políticos. In: **Diccionario político y social del mundo iberoamericano.** Madrid, Fundación Carolina: sociedad estatal de conmemoraciones culturales: Centro de estudios políticos y Constitucionales, 2009.

- SEBASTIAN, Javier Fernandez e FUENTES Juan Francisco. Entrevista com Reinhart Koselleck. In: JASMIN, Marcelo Gantus e FERES JUNIOR, João. **Uma História**

17

dos Conceitos: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: PUC-RIO: Edições Loyola: IUPERJ, 2006

- SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: **Visions of Politics.** United Kingdom: Cambridge University Press, 2002, V. I.

_____, The rise of, challenge to, and prospects for a Collingwoodian approach to the history of political thought In: CASTIGLIONE, D. e HAMPSHIRE-MONK, I. **The history of political thought in national context,** Cambridge, Cambridge University Press. 2001.

- THEML, Neyde e BUSTAMANTE, Regina. História comparada: Olhares plurais. In: **Revista de História Comparada.** Rio de Janeiro: PPGHC/IFCS/UFRJ, junho de 2007, Número 1, Volume 1.